



Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal de Controle Externo
Área Comum

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Instrução: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto a seguir.

A cognoscibilidade do planeta

- 1 O período histórico atual vai permitir o que nenhum outro período ofereceu ao homem, isto é, a possibilidade de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente. Isto nunca existiu antes, e deve-se, exatamente,
- 5 aos progressos da ciência e da técnica (melhor ainda, aos progressos da técnica devidos aos progressos da ciência).
- Esse período técnico-científico da história permite ao homem não apenas utilizar o que encontra na natureza: novos materiais são criados nos laboratórios como um produto da inteligência do homem, e precedem a produção dos objetos. Até a nossa geração, utilizávamos os materiais que estavam à nossa disposição. Mas a partir de agora podemos conceber os objetos que desejamos utilizar e então produzimos a matéria-prima indispensável à sua fabricação. Sem isso não teria sido possível fazer os satélites que fotografam o planeta a intervalos regulares, permitindo uma visão mais completa e detalhada da Terra. Por meio dos satélites,
- 20 passamos a conhecer todos os lugares e a observar outros astros. O funcionamento do sistema solar torna-se mais perceptível, enquanto a Terra é vista em detalhe; pelo fato de que os satélites repetem suas órbitas, podemos captar momentos sucessivos, isto é, não mais apenas retratos momentâneos e fotografias isoladas do planeta. Isso não quer dizer que tenhamos, assim, os processos históricos que movem o mundo, mas ficamos mais perto de identificar momentos dessa evolução. Os objetos retratados nos dão geometrias, não propriamente geografias, porque nos chegam como objetos em si, sem a sociedade vivendo dentro deles. O sentido que têm as coisas, isto é, seu verdadeiro valor, é o fundamento da correta interpretação de tudo o que existe. Sem isso, corremos o risco de não ultrapassar uma interpretação coisicista de algo que é muito mais que uma
- 35 sempre mudando de significado, com o movimento das sociedades e por intermédio das ações humanas sempre renovadas.

(SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** Do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001, p. 31)

1. O texto autoriza o seguinte comentário:
- (A) O homem e seu contexto histórico são mais bem conhecidos atualmente, fato inédito na civilização, propiciado pelos avanços da *técnica* e da *ciência*.
- (B) Houve uma mudança no papel da *matéria-prima* na cadeia de produção, porque hoje também ela pode ser resultante da inteligência e da ação humana.
- (C) No contexto argumentativo, os *satélites* que fotografam o planeta de tempos em tempos podem ser tomados como *objetos*, cujas *matérias-primas* são a Terra e os outros astros.
- (D) Os *objetos* captados por modernos satélites permitem a identificação dos processos históricos mundiais, bastando complementar as imagens com dados objetivos do cotidiano nos espaços físicos.
- (E) Ancorada nas *geometrias*, a *geografia* dirige suas preocupações não apenas ao conhecimento dos espaços físicos (apreensíveis por meio de técnicas), mas também às suas formas de representação (mapas, fotografias e outras imagens).
2. Contém afirmação sustentada pelo texto a seguinte alternativa:
- (A) Sendo *cognoscibilidade* a qualidade do que é cognoscível, o título condensa o principal objetivo do texto: demonstrar a relevância dos novos satélites no empenhimento de conhecer mais sobre o planeta.
- (B) Os parênteses do primeiro parágrafo acolhem ratificação da relação de equivalência estabelecida no segmento imediatamente anterior.
- (C) A alternância entre a terceira pessoa e a primeira produz efeitos de sentido de objetividade (necessária aos textos científicos) e proximidade (ao incluir enunciador e enunciatório na categoria *homem*).
- (D) (linhas 20 e 21) Considerado o contexto, em *passamos a conhecer todos os lugares* e *a observar outros astros*, nota-se uma contradição, já que o primeiro elemento destacado inclui o segundo.
- (E) (linha 32) A expressão *isto é* introduz perspectiva distinta da presente no segmento imediatamente anterior: além do *sentido*, propõe-se a consideração da utilidade ou valia das coisas.
3. Fragmentos do texto receberam acréscimo de vírgula(s).
- I. *Mas a partir de agora podemos conceber os objetos que desejamos utilizar* / Mas, a partir de agora, podemos conceber os objetos que desejamos utilizar.
- II. *Sem isso não teria sido possível fazer os satélites* / Sem isso, não teria sido possível fazer os satélites.
- III. *os satélites que fotografam o planeta* / os satélites, que fotografam o planeta.
- Não houve alteração de sentido APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



4. Considerado o contexto, é correto afirmar:
- (A) (linhas 12 e 13) A forma verbal *utilizávamos* descreve ação pontual, iniciada e concluída em uma extensão do passado explicitamente indicada no texto.
- (B) (linha 15) A forma *produzimos* deve, em um registro linguístico mais cuidado, ser substituída por “produzimos”, que melhor denota o caráter hipotético do período sintático em que se insere.
- (C) (linhas 16 e 17) Em ...*não teria sido possível fazer os satélites*..., o segmento destacado faz menção a evento efetivamente realizado.
- (D) (linha 18) Em outra redação igualmente correta, a forma *permitindo* pode ser substituída por “que permite”.
- (E) (linhas 26 e 27) No que concerne à correlação entre tempos e modos verbais, na norma-padrão escrita, o emprego de *tenhamos* é incompatível com o de *ficamos*.
-
5. Considerada a norma-padrão escrita, assinale a alternativa em que a redação está clara e correta.
- (A) Compete ao tribunal a atenta vigilância sobre a vida contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus municípios, bem como a fiscalização desses mesmos aspectos no que se refere às respectivas entidades de administração direta ou indireta.
- (B) A jurisdição do tribunal alcança administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, além de às pessoas físicas ou jurídicas, que, mediante à convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, aplique auxílios, subvenções ou recursos repassados pelo Poder Público.
- (C) A realidade cada vez mais complexa – devido novas tecnologias, novos arranjos institucionais, maiores pressões da sociedade – que se organiza e exige transparência nas ações de governo, requerem um tribunal que não dispense o controle da regularidade e da conformidade, mas que também seja exercido de maneira presente, aferido os compromissos assumidos pela Administração.
- (D) Não se tratam apenas da avaliação dos elementos de controle da economia e da busca de eficiência objetiva, mas, principalmente, da otimização na aplicação dos recursos governamentais por aqueles que tem a responsabilidade e o dever de aplicar-lhes.
- (E) A sociedade precisa saber de que a intensão primeira do trabalho que desenvolvemos, envolve verificar se são instituídas políticas idôneas para efetuar aquisições; se os recursos estão sendo adequadamente mantidos e protegidos; se é evitado a duplicação de esforços do pessoal etc.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

6. Considere a lista de produtos que Ester comprou em sua última ida ao supermercado:

Produto	Peso (kg)	Preço por kg (R\$)
Pão de queijo	0,500	35,90
Presunto magro	1,250	32,20

Produto	Quantidade	Preço unitário (R\$)
Caixa de leite	4	2,50
Copo de requeijão	2	5,10

Ester pagou sua compra com uma nota de 100 reais. Assim, uma expressão numérica cujo resultado corresponde ao troco, em reais, recebido por ela é

(A) $100 - \left[\frac{35,90}{2} + 5 \times \frac{32,20}{4} + 2 \times (2 \times 2,50 + 5,10) \right]$

(B) $100 - \left[\frac{35,90}{2} + 5 \times \frac{32,20}{4} + 4 \times (2,50 + 5,10) \right]$

(C) $100 - \left[\frac{35,90}{4} + 5 \times \frac{32,20}{2} + 4 \times 2,50 + 2 \times 5,10 \right]$

(D) $100 - \frac{35,90}{4} + 5 \times \frac{32,20}{2} + 4 \times 2,50 + 2 \times 5,10$

(E) $100 - \frac{35,90}{2} + 5 \times \frac{32,20}{2} + 4 \times (2,50 + 5,10)$



7. Para participar de uma feira de exposições, uma empresa está analisando as duas opções oferecidas pela organização do evento.

Opção	Tamanho do estande (m ²)	Período de funcionamento do estande	Valor do aluguel do estande (R\$)
1	40	2 dias	20.000,00
2	100	3 dias	(*)

(*) varia para pagamento à vista ou parcelado

Para a opção 2, embora o valor do aluguel seja proporcionalmente maior, considerando-se o tamanho e o período de funcionamento do estande, é oferecido um desconto de 20% para pagamento à vista. Se a empresa escolher a opção 2 e decidir pagar à vista, o valor do aluguel do estande será de, em reais,

- (A) 65.000,00.
(B) 60.000,00.
(C) 50.000,00.
(D) 45.000,00.
(E) 40.000,00.
8. Em certo país, a Constituição determina que pelo menos 30% da receita de cada município seja destinado à Educação. Em um município desse país, $\frac{2}{5}$ da verba destinada à Educação são usados para pagar os salários dos professores. Em relação à receita desse município, a despesa com salários de professores representa
- (A) no máximo 40%.
(B) no mínimo 40%.
(C) pelo menos 30%.
(D) no máximo 12%.
(E) no mínimo 12%.
9. Em um torneio de futebol juvenil, foram disputados os seguintes jogos:

Piauí × Maranhão	Ceará × Pará
Pará × Piauí	Maranhão × Ceará
Piauí × Ceará	Maranhão × Pará

A tabela abaixo resume o desempenho das quatro equipes nesse torneio.

	Equipe	Número de vitórias	Número de empates	Gols marcados	Gols sofridos
1º	Piauí	2	1	2	0
2º	Ceará	x	0	3	z
3º	Maranhão	1	1	y	1
4º	Pará	0	0	0	6

Os valores de x e y indicados na tabela são, respectivamente,

- (A) 1 e 2.
(B) 2 e 2.
(C) 2 e 1.
(D) 2 e 3.
(E) 1 e 1.



10. Considere a soma S , dada por

$$S = \frac{1}{1 \times 2} + \frac{1}{2 \times 3} + \frac{1}{3 \times 4} + \dots + \frac{1}{2013 \times 2014}$$

Observando que

$$\frac{1}{1 \times 2} = \frac{1}{1} - \frac{1}{2}, \quad \frac{1}{2 \times 3} = \frac{1}{2} - \frac{1}{3}, \quad \frac{1}{3 \times 4} = \frac{1}{3} - \frac{1}{4},$$

e assim sucessivamente, pode-se reescrever a soma S da seguinte maneira:

$$S = \left(\frac{1}{1} - \frac{1}{2} \right) + \left(\frac{1}{2} - \frac{1}{3} \right) + \left(\frac{1}{3} - \frac{1}{4} \right) + \dots + \left(\frac{1}{2013} - \frac{1}{2014} \right)$$

O valor da soma S é igual a

(A) $\frac{1}{2013}$

(B) $\frac{2013}{2014}$

(C) $\frac{1}{2015}$

(D) $\frac{1}{2014}$

(E) $\frac{2014}{2015}$

Direito Empresarial

11. Considere:

- I. Os cônjuges não podem contratar sociedade, seja qual for o regime de bens.
- II. Se exercer atividade própria de empresário, o legalmente impedido não responde pelas obrigações contraídas.
- III. Não é necessária outorga conjugal, seja qual for o regime de bens, para o empresário alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



<p>12. Igor, Renata e Cláudio são sócios de sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo capital foi integralmente integralizado. Igor possui 50% das quotas, Renata 30% e Cláudio outros 20%. Se a sociedade vier a ser demandada por dívidas próprias, em regra, os sócios</p> <p>(A) responderão em partes iguais, podendo voltar-se em regresso pelo pagamento que superar o valor da respectiva quota.</p> <p>(B) responderão, na proporção das respectivas quotas.</p> <p>(C) responderão solidariamente pelas dívidas da empresa, podendo voltar-se em regresso pelo pagamento que superar o valor da respectiva quota.</p> <p>(D) não poderão ser demandados, pois o capital foi inteiramente integralizado.</p> <p>(E) não poderão ser demandados, salvo se exercerem administração da sociedade.</p>	<p>15. A respeito das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, considere:</p> <p>I. Em caso de omissão do contrato, o sócio não pode ceder sua quota a outros sócios se não houver concordância dos outros em relação à cessão.</p> <p>II. Se o capital não estiver integralizado, a designação de administrador não sócio dependerá de aprovação unânime dos sócios.</p> <p>III. Qualquer sócio pode fazer uso da firma ou denominação social.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>
<p>13. Thiago é administrador da empresa TBM Engenharia, sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem contra si diversas ações de execução. A fim de evitar a penhora de valores, quando a TBM Engenharia celebra novos contratos, Thiago solicita que os pagamentos sejam realizados em sua conta pessoal. Os credores da TBM Engenharia</p> <p>(A) poderão requerer a desconsideração da personalidade da empresa, se provada a confusão patrimonial.</p> <p>(B) nada poderão fazer, pois a personalidade da empresa não se confunde com a de seu administrador.</p> <p>(C) poderão requerer a desconsideração da personalidade da empresa apenas nos casos de relação de consumo.</p> <p>(D) poderão requerer a desconsideração da personalidade de empresa, independentemente de prova da confusão patrimonial, tendo em vista que Thiago figura como administrador.</p> <p>(E) poderão requerer a extinção da empresa, se provada a confusão patrimonial.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>16. Telma comprou bilhete da loteria federal e foi contemplada com um prêmio de muitos milhões de reais. No entanto, antes de receber o prêmio, sobreveio lei proibindo todo e qualquer tipo de jogo, incluindo os da loteria federal, que eram permitidos à época em que Telma realizou a aposta. Neste caso, Telma</p> <p>(A) poderá exigir o recebimento do prêmio, em razão da proteção conferida ao direito adquirido.</p> <p>(B) não poderá exigir o recebimento do prêmio, por se tratar de obrigação natural.</p> <p>(C) não poderá exigir o recebimento do prêmio, pois a lei nova tem efeito imediato, atingindo as relações em curso.</p> <p>(D) poderá exigir o recebimento do prêmio apenas se a lei nova estiver no período de <i>vacatio legis</i>.</p> <p>(E) não poderá exigir o recebimento do prêmio, pois o jogo constitui prática imoral.</p>
<p>14. A alienação do estabelecimento</p> <p>(A) extingue os contratos celebrados pelo alienante, tenham ou não caráter pessoal.</p> <p>(B) não é admitida, em razão do princípio da preservação da empresa.</p> <p>(C) implica proibição de concorrência, pelo alienante ao adquirente, pelo prazo de cinco anos da transferência, salvo se houver autorização expressa.</p> <p>(D) faz cessar as obrigações do alienante pelas dívidas anteriores à alienação.</p> <p>(E) produz efeitos perante terceiros independentemente de averbação.</p>	<p>17. De segunda a quarta-feira, Nicolas reside, com habitualidade e ânimo definitivo, na cidade de Teresina, com esposa e filhos, e trabalha na cidade de Demerval Lobão. De quinta a sexta-feira, reside com habitualidade e ânimo definitivo, sozinho, na cidade de Água Branca, e trabalha na cidade de Elesbão Veloso. Aos finais de semana, volta para a cidade de Teresina, com esposa e filhos. De acordo com o Código Civil,</p> <p>(A) Teresina e Demerval Lobão são os únicos domicílios de Nicolas.</p> <p>(B) Teresina é o único domicílio de Nicolas.</p> <p>(C) o local onde for encontrado é o domicílio de Nicolas.</p> <p>(D) Teresina, Demerval Lobão, Água Branca e Elesbão Veloso são domicílios de Nicolas.</p> <p>(E) Teresina e Água Branca são os únicos domicílios de Nicolas.</p>



18. Luiz Henrique mantém cerca de 200 cães em sua residência, situada em área urbana da cidade de Teresina. O fato tem gerado reclamação dos vizinhos, que se queixam do forte cheiro e do barulho gerado pelos animais. Luiz Henrique pratica ato
- (A) ilícito, pois ninguém é obrigado a conviver com animais, autorizando-se o sacrifício dos cães, em prol do bem comum.
- (B) lícito, porque amparado nos poderes decorrentes do direito de propriedade.
- (C) lícito, tendo em vista sua relevância do ponto de vista ambiental.
- (D) ilícito, em razão do zoneamento da área, porém não passível de responsabilização, mesmo que provado dano aos vizinhos, dada a relevância ambiental da prática.
- (E) ilícito, na medida em que excede os limites impostos pelo fim social da propriedade, e passível de responsabilização civil, caso provado dano aos vizinhos.

19. Ao constatar ter caído em insolvência, Mateus vende todos seus bens antes que credores quirografários ajuízem ações. O ato de Mateus configura fraude
- (A) contra credores, vício social que tem como possível consequência a anulação das alienações.
- (B) à execução, vício do consentimento que tem como possível consequência a ineficácia das alienações.
- (C) contra credores, vício do consentimento que tem como possível consequência a nulidade das alienações.
- (D) à execução, vício social que tem como possível consequência a nulidade das alienações.
- (E) contra credores, vício social que tem como possível consequência a nulidade das alienações.

20. Carolina celebrou um contrato e Cláudia prestou fiança mesmo contra a vontade de Carolina. Obrigou-se, no entanto, por apenas metade do valor da obrigação. A fiança é
- (A) inválida, pois a fiança pressupõe anuência do devedor, além de sempre abranger o valor total da obrigação.
- (B) válida, pois é possível estipular fiança contra a vontade do devedor e em valor inferior ao da obrigação.
- (C) válida, mas abrangendo o valor todo, pois é possível estipular fiança contra a vontade do devedor, mas não em valor inferior ao da obrigação.
- (D) inválida, pois, embora possa abranger apenas parte do valor da obrigação, a fiança pressupõe anuência do devedor.
- (E) inválida, porque a dispensa da anuência do devedor só é possível nos casos em que o fiador houver se obrigado por $\frac{1}{4}$ do valor da obrigação.

Direito Tributário

21. Um contribuinte do ICMS realizou uma operação de importação de mercadoria do exterior, operação essa considerada por ele como sendo isenta.
- Ocorre, todavia, que a Fazenda Pública de seu Estado considerou a referida importação como sendo tributada e, em razão disso, exigiu do contribuinte o pagamento do ICMS devido no momento do desembarço aduaneiro.
- O contribuinte discordando da exigência fazendária, recorreu ao Poder Judiciário, ingressando com uma ação judicial que permitisse promover o desembarço aduaneiro da mercadoria, sem o pagamento do ICMS reclamado.
- Para agilizar a liberação da mercadoria, o advogado desse contribuinte pediu à autoridade judicial que lhe concedesse medida liminar, autorizando o imediato desembarço aduaneiro. A liminar pleiteada foi concedida, condicionada ao fato de que o contribuinte depositasse integralmente o valor do crédito tributário reclamado pela Fazenda Pública de seu Estado, em razão dessa importação.
- O processo tramitou durante alguns anos e, ao final, em decisão definitiva e imutável (transitada em julgado), o contribuinte sagrou-se parcialmente vencedor, pois uma fração do crédito tributário pleiteado pela Fazenda Pública foi julgada efetivamente indevida, enquanto outra fração dele foi considerada devida. Em relação à parte do crédito tributário considerada devida, houve a conversão do depósito em renda.
- O advogado desse contribuinte, quando tomou conhecimento de que fora determinada a conversão em renda do valor referente à parte em que a Fazenda Pública sagrou-se vencedora, peticionou à autoridade judicial competente, solicitando autorização para fazer o levantamento dessa importância e, em seu lugar, realizar o parcelamento do valor junto à Fazenda Estadual.
- O advogado teve o pedido indeferido.
- Considerando essas informações e com base no que o CTN dispõe a respeito dessa matéria,
- (A) o advogado do contribuinte, ao peticionar para a autoridade judicial competente, depois de transitada em julgado a decisão que deu vitória parcial a cada um dos litigantes, pretendeu substituir a figura de suspensão do crédito tributário, pela figura de exclusão do crédito tributário.
- (B) ocorreu exclusão do crédito tributário, em relação à parte desse crédito que foi considerada indevida, por decisão judicial transitada em julgado.
- (C) ocorreu, em relação à parte do crédito tributário que foi objeto de conversão do depósito em renda, extinção do crédito tributário, cuja exigibilidade havia sido suspensa quando houve o depósito integral do crédito tributário reclamado pela Fazenda Pública.
- (D) a autoridade judicial equivocou-se ao deferir a medida liminar, mediante o depósito da quantia integral questionada, pois, se o depósito integral do montante do crédito tributário reclamado já extingue esse crédito tributário, a medida liminar que foi concedida fica sem razão de ser.
- (E) na medida em que o depósito integral da quantia questionada pela Fazenda Pública exclui a exigibilidade do crédito tributário, sua conversão em renda, ainda que parcial, seria desnecessária, dispensável e redundante, pois estaria extinguindo o que já estava extinto pelo depósito.



22. Maria, domiciliada na cidade de Piripiri-PI, recebeu em doação, de seu irmão Carlos, domiciliado na cidade de Teresina-PI, um automóvel importado, registrado e licenciado no município de Parnaíba-PI, cujo valor venal é de R\$ 120.000,00.

Essa doação, que está no campo de incidência do ITCMD piauiense, ocorreu em agosto de 2011, mas Maria, donatária e contribuinte desse imposto, por desconhecer o fato de que deveria pagá-lo em razão da doação que recebeu, acabou por não fazer esse pagamento.

Meses depois de recebida a doação, descobrindo que deveria ter pago o ITCMD pela doação que recebeu e antes de o fisco iniciar qualquer procedimento relacionado com a apuração dessa falta, Maria procurou a repartição fiscal estadual piauiense, relatou o ocorrido e se propôs a pagar, de imediato, antes da instauração de qualquer procedimento fiscal, o crédito tributário devido, cujo valor nominal era de R\$ 4.800,00 ($R\$ 120.000,00 \times 4\%$), conforme documentação que ela exibiu à autoridade fiscalizadora.

Para exclusão da responsabilidade da autuada em relação ao imposto que não foi pago e à infração cometida, e considerando que o montante do tributo não depende de apuração pelo fisco, pois Maria apresentou à autoridade fiscalizadora a documentação comprobatória do valor nominal do bem doado, é correto afirmar, com base no CTN, que Maria não terá de pagar a multa por infração à legislação do ITCMD, mas terá de pagar o

- (A) montante do tributo devido, apenas.
- (B) tributo devido e os juros de mora.
- (C) tributo devido e a atualização monetária.
- (D) tributo devido, os juros de mora e a atualização monetária.
- (E) tributo devido, os juros de mora, a atualização monetária e multa moratória.

23. Antonio, proprietário de uma loja de confecções, localizada na parte comercial mais valorizada da cidade de Teresina, efetuou, em março de 2006, a venda de roupas esportivas a um freguês no valor de R\$ 500,00, deixando de emitir, deliberadamente, o documento fiscal exigido pela legislação do ICMS, mesmo sabendo que deveria emití-lo antes da saída da mercadoria do estabelecimento.

Não houve, portanto, a atividade de lançamento por homologação.

O freguês saiu da referida loja com a mercadoria, mas sem portar o documento fiscal.

A fiscalização estadual piauiense, realizando seus trabalhos no estabelecimento comercial de Antonio, em setembro de 2012, encontrou provas da ocorrência da referida venda e da falta de emissão de documento fiscal para documentá-la.

Com base nessas informações e na disciplina do Código Tributário Nacional acerca dessa matéria, a fiscalização piauiense

- (A) poderia ter efetuado o lançamento de ofício do tributo no próprio mês de setembro de 2012.
- (B) não poderia mais ter efetuado o lançamento de ofício do tributo, pois ocorreu decadência.
- (C) poderia ter efetuado o lançamento de ofício do tributo dentro de cinco anos, contados a partir de setembro de 2012.
- (D) não poderia ter efetuado o lançamento de ofício do tributo, pois ocorreu prescrição.
- (E) não poderia ter efetuado o lançamento de ofício do tributo, pois a falta de emissão do documento fiscal extinguiu o crédito tributário.

24. Paulo, de nacionalidade argentina, Antonio, de nacionalidade paraguaia, Mário, de nacionalidade espanhola, e Eduardo, de nacionalidade peruana, todos residentes no Brasil, formam um grupo musical, que compõe e executa melodias brasileiras e estrangeiras. Apresentam-se em todos os Estados brasileiros.

Seu trabalho musical é divulgado de diversas maneiras: apresentações públicas em programas televisivos, espetáculos abertos ao público em geral, com entrada gratuita, e comercialização de CDs e DVDs de suas apresentações.

- (1) O último DVD desse quarteto, com canções folclóricas andinas, cujas letras e melodias foram criadas por autores bolivianos residentes no Brasil, foi produzido nos Estados Unidos.
- (2) Antes de Antonio juntar-se ao grupo, Paulo, Mário e Eduardo formaram um trio que chegou até a produzir, no Rio Grande do Sul, um CD com melodias de autoria de artistas gaúchos e letras criadas por artistas uruguaios.
- (3) Recentemente, o quarteto produziu, no Piauí, um DVD com canções, cujas melodias foram compostas por autores brasileiros, mas as letras foram compostas por autores paraguaios.
- (4) Antonio produziu um CD, solo, instrumental, na Itália, interpretando apenas melodias (sem letra) compostas por autores piauienses.

Com base nas afirmações acima e no que dispõe a Constituição Federal a respeito de imunidades tributárias, são abrangidas por essas imunidades APENAS as situações de números

- (A) 2 e 4.
- (B) 1 e 4.
- (C) 1 e 2.
- (D) 2 e 3.
- (E) 3 e 4.

25. De acordo com a Constituição Federal, a União entregará 48% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza da seguinte maneira:

- 1) 21,5% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- 2) 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios;
- 3) 3% ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- 4) 1% ao Fundo de Participação dos Municípios.

A Constituição Federal ainda estabelece que cabe à lei complementar fixar normas sobre a entrega desses recursos, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios.

De acordo com as normas constitucionais que disciplinam essa matéria, o cálculo das cotas acima mencionadas será feito

- (A) pelo Tribunal de Contas da União.
- (B) pelos Tribunais de Contas Estaduais, em relação às cotas destinadas ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) pelos Tribunais de Contas Estaduais, tanto em relação às cotas destinadas ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, como em relação às cotas destinadas ao Fundo de Participação dos Municípios.
- (D) pelas Secretarias Estaduais de Fazenda, em relação às cotas destinadas ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) pelas Secretarias Estaduais de Fazenda, tanto em relação às cotas destinadas ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, como em relação às cotas destinadas ao Fundo de Participação dos Municípios.



Direito Previdenciário

26. Considerando-se que princípio é a base que irá informar e inspirar as normas jurídicas, a Constituição Federal do Brasil elenca um rol de princípios ou objetivos que orientam a organização da seguridade social. A ampla distribuição de benefícios sociais ao maior número de necessitados está consagrada no princípio constitucional

- (A) da primazia da realidade social.
- (B) da seletividade e distributividade na prestação dos serviços e benefícios.
- (C) da segurança jurídica e contributiva.
- (D) da irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (E) do caráter democrático e descentralizado da administração.

27. Em relação ao financiamento da seguridade social previsto na Constituição Federal do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- (A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (B) São isentas da contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências estabelecidas em lei.
- (C) É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais do empregador sobre a folha de salários e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.
- (D) As contribuições do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar fazem parte da base de financiamento da seguridade social.
- (E) As contribuições sociais do empregador sobre folha de salários, receita ou lucro não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra.

28. A Lei nº 8.213/91 que institui os denominados Planos de Benefícios da Previdência Social, prevê como espécie de prestações, dentre outras: salário-família, auxílio reclusão, salário-maternidade. Tais prestações são benefícios voltados, respectivamente, ao

- (A) segurado, ao segurado e ao dependente.
- (B) segurado, ao dependente e ao dependente.
- (C) dependente, ao dependente e ao segurado.
- (D) segurado, ao dependente e ao segurado.
- (E) dependente, ao segurado e ao dependente.

29. Quanto aos benefícios previstos no Regime Geral da Previdência Social, conforme legislação própria, é correto afirmar:

- (A) A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá em uma renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- (B) A aposentadoria por invalidez, como regra, será devida sempre a partir de 90 (noventa) dias contados da data da cessação do auxílio-doença.
- (C) A aposentadoria por idade será devida ao segurado trabalhador rural que, cumprida a carência e demais requisitos legais, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.
- (D) A aposentadoria especial será devida, cumprida a carência legal, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 10 (dez), 15 (quinze) ou 18 (dezoito) anos, conforme dispuser a lei.
- (E) O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a variação de 70% (setenta por cento) a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, conforme tempo de contribuição.

30. A Lei nº 9.717, de 27/11/1998, dispõe sobre as regras gerais para organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa Lei prevê que

- (A) o financiamento dos regimes será feito mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar da ativo, não abrangendo os inativos e os pensionistas.
- (B) a possibilidade de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, em qualquer situação.
- (C) a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- (D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não serão responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- (E) a União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Tesouro Nacional, assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, em caso de extinção de regime próprio de previdência social de determinado Estado Federativo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Direito Constitucional**

31. O art. 1º da Constituição Federal, ao afirmar que “a (I) República (II) Federativa do Brasil (...) constitui-se em (III) Estado Democrático de Direito”, definiu, respectivamente, os seguintes aspectos do Estado brasileiro:

- (A) sistema político, forma de Estado e forma de governo.
- (B) forma de governo, sistema político e sistema jurídico.
- (C) forma de governo, forma de Estado e regime de governo.
- (D) sistema político, forma de Estado e sistema jurídico.
- (E) forma de governo, sistema jurídico e sistema político.

32. O direito de reunião, constitucionalmente previsto,

- (A) permite, em locais públicos, a manifestação pacífica de agentes de segurança que estejam portando suas armas.
- (B) pode ser exercido independentemente de autorização da autoridade competente.
- (C) não pode ser limitado por legislação infraconstitucional.
- (D) autoriza a concorrência entre manifestações no mesmo local, com preponderância democrática daquela com maior número de participantes.
- (E) pode ser exercido independentemente de aviso à autoridade competente.

33. De acordo com o direito de associação constitucionalmente previsto,

- (A) as associações poderão ter caráter paramilitar.
- (B) as atividades das associações somente poderão ser suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- (C) as associações podem representar seus filiados em juízo, desde que expressamente autorizadas.
- (D) a constituição de associações e de cooperativas depende de autorização, na forma da lei.
- (E) as associações não sofrerão interferência estatal no seu funcionamento, salvo as entidades classistas.

34. Os direitos sociais dos trabalhadores compreendem seu direito de filiação a entidades sindicais, que

- (A) não representam os membros aposentados da categoria profissional ou econômica, os quais são excluídos das eleições para a diretoria dos sindicatos.
- (B) podem estabelecer por meio de suas assembleias gerais, além das contribuições de natureza tributária previstas em lei, contribuição para custeio do sistema confederativo.
- (C) devem observar o princípio da unicidade, que veda a constituição de mais de uma organização sindical, na mesma base territorial, que poderá ser inferior à área de um município.
- (D) são livremente constituídas e organizadas, sem possibilidade de interferência do Estado, salvo para a aprovação de seus estatutos.
- (E) podem participar, desde que convocadas pela Justiça do Trabalho, das negociações coletivas de trabalho.

35. Pedro, cidadão brasileiro e empregado público da Petrobras S/A, pessoa jurídica de direito privado, reside no Equador, onde trabalha em refinaria da sociedade de economia mista brasileira. Lá conhece Consuelo, cidadã mexicana, com quem tem um filho, José, nascido em solo equatoriano. Nesse caso, José,

- I. por ser filho de pai brasileiro a serviço da República Federativa do Brasil, é brasileiro nato.
- II. para ser considerado brasileiro nato, deverá ser registrado na repartição brasileira competente e optar, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- III. tendo sua nacionalidade nata reconhecida pelo Brasil, não poderá ser extraditado, salvo por crime cometido antes de tal reconhecimento.
- IV. caso faça jus às nacionalidades originárias equatoriana e mexicana, poderá acumulá-las com a nacionalidade brasileira que lhe seja reconhecida com base na Constituição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

36. A cidadania passiva, ou seja, o direito de ser votado nas eleições, submete-se às condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, as quais

- (A) devem ser reguladas por lei complementar, que definirá seus contornos concretos.
- (B) compreendem a exigência de domicílio eleitoral na circunscrição, que equivale ao domicílio civil do candidato.
- (C) pressupõem a filiação partidária, com exceção dos candidatos ao cargo de Juiz de Paz, inserido no Poder Judiciário.
- (D) definem a idade mínima para os diferentes cargos eletivos, que deve ser considerada na data da posse.
- (E) são excepcionadas nas eleições indiretas para o Poder Executivo, no caso de vacância dos cargos de titular e vice nos últimos dois anos de mandato.



<p>37. O regime constitucional dos partidos políticos</p> <p>(A) permite a criação de cláusula de desempenho, relacionada com a gradação dos votos obtidos pela agremiação, que repercute em seu funcionamento parlamentar.</p> <p>(B) assegura a participação nas eleições após a aquisição de sua personalidade jurídica, o que se dá mediante registro no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) possibilita a formação de agremiações com caráter regional, voltadas à defesa de interesses dos cidadãos de um conjunto definido de estados da federação.</p> <p>(D) incentiva a internacionalização das agremiações, que podem buscar financiamento para suas campanhas junto a entidades internacionais.</p> <p>(E) autoriza as coligações partidárias, que não precisam guardar vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal.</p>	<p>40. Senador da República apresentou, no Senado Federal, projeto de lei ordinária sobre a avaliação periódica de desempenho dos servidores públicos federais estáveis, para fins de perda do cargo efetivo. A proposição, após aprovação no Senado, foi remetida à Câmara dos Deputados. Deliberando em sessão na qual estavam presentes 256 dos 513 Deputados Federais, a Câmara aprovou o texto do Senado por votação unânime. Enviada a proposição para apreciação do Executivo e tendo passados dezesseis dias corridos desde o recebimento, não se verificou manifestação do Presidente da República, seja pela sanção, seja pelo veto. Esse projeto de lei</p> <p>I. deve ser considerado como tacitamente sancionado pelo Presidente da República.</p> <p>II. foi aprovado sem que fosse verificado o quórum constitucionalmente exigido.</p> <p>III. contém vício de iniciativa, que pode ser sanado pela sanção do Presidente da República.</p> <p>IV. contém vício de forma, pois a matéria é de lei complementar.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>38. A Constituição Federal, ao regular a organização político-administrativa do Brasil, determina que</p> <p>(A) o plebiscito para consulta da população diretamente interessada, no caso de desmembramento de Estado, será restrito aos cidadãos habitantes da área a ser desmembrada.</p> <p>(B) o Distrito Federal é a Capital Federal, sendo vedada sua divisão em Municípios.</p> <p>(C) os Territórios Federais integram a União, sendo vedada sua divisão em Municípios.</p> <p>(D) o novo Estado terá, em seus dez primeiros anos, Tribunal de Contas composto por três membros, nomeados pelo Governador eleito.</p> <p>(E) a vedação de subvenção a igrejas, por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impede a concessão de benefícios fiscais a tais entidades.</p>	<p>41. A Constituição Federal, ao dispor sobre as medidas provisórias, prevê que</p> <p>(A) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha, no seu prazo de vigência, sido revogada por outra medida provisória.</p> <p>(B) a votação da medida provisória se inicia na casa a que pertencer seu relator na comissão mista de deputados e senadores.</p> <p>(C) medida provisória pode alterar o prazo para realização de convenções partidárias para escolha de candidatos.</p> <p>(D) o prazo de vigência de sessenta dias, prorrogável por mais sessenta dias, começa a contar do recebimento da medida provisória no Congresso Nacional.</p> <p>(E) é vedada a edição de medida provisória para a abertura de crédito orçamentário extraordinário.</p>
<p>39. De acordo com o texto constitucional, é permitida a acumulação de cargos ou empregos públicos, considerada a compatibilidade de horários e a limitação do teto remuneratório, de</p> <p>(A) pesquisador de autarquia federal e economista em empresa pública estadual.</p> <p>(B) auxiliar administrativo de estado membro e professor de universidade federal.</p> <p>(C) médico legista e fisioterapeuta em hospital municipal.</p> <p>(D) procurador municipal e secretário parlamentar na Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e médico de hospital estadual.</p>	<p>42. Constituição estadual enumerou as seguintes competências para o Tribunal de Contas do Estado:</p> <p>I. apreciar, em grau de recurso, as decisões fazendárias de última instância contrárias ao erário.</p> <p>II. fixar prazo para que empresas públicas e sociedades de economia mista adotem medidas necessárias ao cumprimento da lei, caso flagrante ilegalidade.</p> <p>III. executar suas próprias decisões que impliquem imputação de débito ou multa.</p> <p>IV. julgar recursos contra decisões denegatórias de pensão.</p> <p>V. realizar inspeção fiscal nas entidades que tenham recebido recursos públicos estaduais por meio da celebração de contrato de gestão ou termo de parceria.</p> <p>São incompatíveis com a Constituição Federal as competências indicadas APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e V.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>



<p>43. Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República,</p> <p>(A) a condenação se dá por votação do Senado Federal, sendo proferida por decisão da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>(B) as condutas típicas devem ser definidas em lei especial, que estipulará regras de processo e de julgamento.</p> <p>(C) a condenação do Presidente da República por crime de responsabilidade implica a perda do mandato e dos direitos políticos, pelo prazo de oito anos.</p> <p>(D) o Presidente da República ficará suspenso de suas funções a partir da admissão, pela Câmara dos Deputados, da acusação contra ele formalizada.</p> <p>(E) passados cento e oitenta dias do afastamento, sem conclusão do processo por crime de responsabilidade, este fica prejudicado, retornando o Presidente da República ao exercício de suas funções.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>46. São sujeitos ativos da invalidação dos atos administrativos:</p> <p>(A) o Poder Judiciário e a Administração pública, que poderão invalidar os atos administrativos quando provocados ou de ofício, não havendo necessidade, para tanto, de lide instaurada.</p> <p>(B) a Administração pública que, deve, necessariamente, ser provocada a fazê-lo.</p> <p>(C) a Administração pública, que poderá invalidar os atos de ofício ou quando provocada a fazê-lo e o Poder Judiciário, que poderá invalidá-los, no curso de uma lide, quando provocado.</p> <p>(D) o Poder Judiciário, que poderá invalidar os atos administrativos, não sendo necessário, para tanto, haver ação judicial em curso.</p> <p>(E) a Administração pública, que é sempre interessada na correção de seus atos, o que torna o poder de invalidação ilimitado.</p>
<p>44. Compete ao Presidente da República</p> <p>(A) extinguir, por meio de decreto, cargos públicos vagos, desde que autorizado pelo Poder Legislativo.</p> <p>(B) celebrar atos internacionais, incorporando-os ao direito brasileiro.</p> <p>(C) conceder indulto, desde que ouvidos os órgãos especializados.</p> <p>(D) alterar, por meio de decreto, a estruturação de órgãos públicos.</p> <p>(E) atestar a existência das leis, o que faz por meio de sua publicação.</p>	<p>47. A recomposição da ordem jurídica violada pela edição de atos administrativos com vício de validade poderá ser obtida pela</p> <p>(A) revogação, que opera efeitos <i>ex tunc</i>, sendo opção discricionária do administrador a retirada ou não do ato administrativo exarado com vício de competência.</p> <p>(B) invalidação, que, em razão do princípio da legalidade, não encontra limites e opera necessariamente efeitos <i>ex tunc</i>.</p> <p>(C) invalidação, que, necessariamente, opera efeitos <i>ex tunc</i> e pela revogação, que opera efeitos <i>ex nunc</i>, na hipótese em que atingidos terceiros de boa-fé.</p> <p>(D) revogação, que opera efeitos <i>ex tunc</i>, podendo, no entanto, operar efeitos <i>ex nunc</i> quando atingidos terceiros de boa-fé ou na hipótese de atos discricionários produzidos com vício de competência.</p> <p>(E) invalidação que opera efeitos <i>ex tunc</i>, podendo, no entanto, operar efeitos <i>ex nunc</i> quando, por exemplo, atingidos terceiros de boa-fé.</p>
<p>45. Considerando as normas constitucionais sobre finanças públicas,</p> <p>(A) é ilícita a abertura de créditos especiais ou suplementares sem prévia autorização legislativa, podendo tal autorização constar, no caso dos créditos suplementares, da própria lei orçamentária anual.</p> <p>(B) é impossível a vinculação da receita de contribuição a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a destinação de recursos com ações e serviços de saúde, bem como as de manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(C) não é vedada a transferência, por meio de ato exclusivo do Tribunal de Justiça do Estado, de recursos relacionados a emolumentos de cartórios originariamente destinados ao Poder Executivo para fundo de aparelhamento do Poder Judiciário.</p> <p>(D) são excepcionados da vedação de concessão ou utilização de créditos ilimitados os créditos extraordinários para atender despesas imprevisíveis e urgentes.</p> <p>(E) não é permitida, salvo por meio da concessão de empréstimo, a transferência de recursos de instituição financeira estadual para município, a fim de que este proceda ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas.</p>	<p>48. No direito administrativo sancionador,</p> <p>(A) em razão do princípio da legalidade tanto o ilícito administrativo como a respectiva sanção devem ser instituídos por lei formal.</p> <p>(B) em razão dos princípios da tipicidade e da segurança jurídica, são vedados os ilícitos administrativos abertos, conhecidos como de baixa densidade normativa, como também os de mera conduta.</p> <p>(C) considerando o princípio da deslegalização, não há obrigatoriedade de as sanções administrativas terem previsão ou mesmo fundamento remoto em lei formal.</p> <p>(D) o administrador, utilizando-se do dever-poder discricionário, pode criar, para o caso concreto, reprimenda mais adequada à punição do servidor.</p> <p>(E) basta à satisfação do princípio da legalidade a criação do ilícito administrativo por lei formal, sendo inteiramente livre ao administrador a escolha da sanção.</p>



49. Após regular processo de licitação disciplinado pela Lei nº 8.666/1993, foi adjudicado ao vencedor o objeto do certame, consistente no fornecimento de 150 aparelhos auditivos destinados ao Hospital do Servidor Público. O prazo contratual fixado para entrega dos aparelhos foi de 30 dias, contados a partir da assinatura do contrato. Transcorridos 45 dias da assinatura do contrato, apenas 50 aparelhos foram entregues pelo contratado. Nessa hipótese, abre-se à Administração a possibilidade de aplicar ao contratado as penalidades estipuladas em lei,
- (A) que incluem tão somente sanções pecuniárias, por se tratar, na hipótese, de inexecução parcial do contrato.
- (B) em regulamento e no contrato, sendo vedado, no entanto, a rescisão do contrato por se tratar de inexecução parcial do objeto.
- (C) no regulamento e contrato ou rescindir o contrato, devendo o administrador optar por uma ou outra forma de agir, porquanto não é possível cumular a rescisão do contrato com a aplicação de penalidade, o que só é viável nas hipóteses de inexecução total do ajuste.
- (D) no regulamento e contrato e rescindir o ajuste, devendo, nessa última hipótese ser o particular ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados.
- (E) no regulamento e contrato e, a critério da Administração, rescindir o ajuste executando a garantia contratual.
50. Em razão de conveniência da Administração, convencionou-se com o contratado, de forma amigável, rescindir o ajuste, firmado após regular processo de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/1993. Nessa hipótese, o contratado tem direito
- (A) aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de sua rescisão e a devolução da garantia, não tendo direito ao pagamento do custo da desmobilização, isso em razão do princípio da supremacia do interesse público.
- (B) aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de sua rescisão, em razão do princípio que veda o enriquecimento sem causa; os demais custos por ele incorridos poderão ser ressarcidos, a critério da máxima autoridade da esfera administrativa.
- (C) à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do ajuste até a data de sua rescisão, ao pagamento do custo da desmobilização, não tendo direito ao pagamento de nenhuma outra importância.
- (D) ao ressarcimento de todos os prejuízos, além do pagamento de todos os custos incorridos até o momento da rescisão do ajuste, bem assim ao ressarcimento de lucros cessantes, que independem de regular comprovação, dado que a rescisão não decorreu de ato culposo seu.
- (E) ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do ajuste até a data de sua rescisão, e ao pagamento do custo da desmobilização.
51. Quanto aos serviços públicos é correto afirmar que
- (A) sua prestação incumbe exclusivamente ao Poder Público, sendo vedada a atuação da iniciativa privada no setor.
- (B) a atuação da iniciativa privada no setor pode se dar, na forma da lei, sob o regime de concessão ou permissão, hipótese em que o particular tem o dever de manter a prestação adequada dos serviços que, no entanto, não titulariza.
- (C) sua prestação incumbe ao Poder Público, sendo possível a prestação indireta do serviço, por meio da atuação da iniciativa privada, necessariamente sob o regime de exclusividade.
- (D) a atuação da iniciativa privada no setor pode se dar, na forma da lei, sob o regime de concessão ou permissão, hipótese em que o particular tem o dever de manter a prestação adequada dos serviços, que passa a titularizar.
- (E) sua prestação pode se dar diretamente pelo Estado ou, na forma da lei, indiretamente, por meio de concessão ou permissão, hipótese em que o particular está sujeito apenas às regras gerais de polícia administrativa que disciplinam todas as demais atividades econômicas.
52. O ordenamento jurídico pátrio agasalha regimes jurídicos de natureza distinta. A Administração pública
- (A) obrigatoriamente submete-se a regime jurídico de direito público em matéria contratual.
- (B) submete-se a regime jurídico de direito público, podendo, por ato próprio, de natureza regulamentar, optar por regime diverso, em razão do princípio da eficiência e da gestão administrativa responsável, e adequado planejamento.
- (C) pode submeter-se a regime jurídico de direito privado ou a regime jurídico de direito público, conforme disposto pela Constituição Federal ou pela lei.
- (D) quando emprega modelos privatísticos, é integral sua submissão ao direito privado.
- (E) pode submeter-se a regime jurídico de direito público ou de direito privado, sendo a opção, por um ou outro regime jurídico, para a Administração pública indireta, livre ao Administrador.
53. As contratações da Administração pública devem ser, como regra, precedidas de processo de licitação pública. Com base nesse preceito,
- (A) o regime licitatório deve ser rigorosamente idêntico para a Administração pública direta e indireta, isso em razão do princípio da isonomia.
- (B) a Administração pública indireta pode optar entre realizar licitação ou contratação direta por inexigibilidade de licitação, objetivando sempre o menor preço, em razão do princípio da eficiência e da gestão administrativa ótima.
- (C) o processo de licitação pública aplica-se às pessoas jurídicas dotadas de personalidade jurídica de direito público, por essa razão as autarquias não estão submetidas à regra constitucional de contratação precedida de processo licitatório.
- (D) a natureza privada da entidade administrativa não afasta, em regra, a obrigatoriedade de promover licitação para suas contratações.
- (E) a Administração pública é livre para estabelecer requisitos de habilitação no regime da Lei nº 10.520/2002, encontrando amarras, para tanto, apenas quando o procedimento for disciplinado pela Lei nº 8.666/1993.



54. A Administração pública pode desempenhar as atividades públicas de forma centralizada ou descentralizada. Na administração descentralizada,
- (A) o Estado-Administração atua por meio de seus órgãos internos e agentes públicos, ligados, entre si, por vínculo hierárquico, prestando serviços públicos típicos.
 - (B) o Estado-Administração atua por meio de entidades ou pessoas jurídicas, que necessariamente têm natureza de direito privado.
 - (C) parte das atividades da Administração direta são atribuídas à Administração indireta, constituída por pessoas administrativas autônomas e por isso destituídas de relação ou vínculo com a Administração direta.
 - (D) a atuação da Administração se dá por meio de pessoas jurídicas, com natureza de direito público ou de direito privado, que compõe a denominada Administração pública indireta.
 - (E) o Estado transfere a mera execução de suas atividades a outras entidades, nascendo o fenômeno da delegação.
55. A realização de procedimento licitatório é pressuposto das contratações realizadas pelo Poder Público, dado que há presunção legal de que a licitação produz a melhor contratação. No entanto, a regra é excepcionada pela lei, nas denominadas hipóteses de contratação direta. Quanto a essas hipóteses, é correto afirmar:
- (A) Significam atuação livre da administração, ou seja, cuidam-se de casos em que a Administração despreze do formalismo, aproximando-se da contratação informal.
 - (B) A Administração tem autorização legal para afastar-se do dever de realizar a melhor contratação possível; é dizer, abre-se a possibilidade de escolhas subjetivas, em razão do princípio da eficiência.
 - (C) Há autorização legal para que a Administração não adote uma das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, que disciplina o pregão.
 - (D) A Administração pode realizar contratações diretas com fundamento na dispensa ou na inexigibilidade de licitação, podendo optar livremente entre uma ou outra modalidade, porquanto estas se equivalem.
 - (E) As empresas contratadas diretamente pela Administração, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, podem subcontratar a totalidade do objeto do ajuste, dado que estes não são dotados de caráter pessoal.
56. Com objetivo de implementar políticas públicas e desenvolver ações governamentais, os entes federados podem optar por criar entidades com personalidades jurídicas próprias e deles distintas. É exemplo das referidas entidades a sociedade de economia mista que
- (A) detém personalidade de direito privado e é criada por lei sob a forma de sociedade anônima.
 - (B) tem a criação autorizada por lei específica, o respectivo ato constitutivo arquivado no registro próprio e personalidade de direito privado.
 - (C) detém personalidade de direito privado, cuja criação é por lei autorizada, sob forma de sociedade limitada, para exploração de atividade econômica.
 - (D) detém personalidade de direito público, cuja criação é por lei autorizada quando exploradora de atividade econômica.
 - (E) é dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, sob a forma de sociedade anônima.
57. Considerando a Lei nº 8.429/1992 que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na Administração pública, direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, é correto afirmar:
- (A) Todos os atos de improbidade implicam enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.
 - (B) O enriquecimento ilícito constitui apenas uma das hipóteses de atos de improbidade imputáveis aos servidores públicos que titularizam cargo efetivo; os demais servidores, que titularizam vínculo de outra natureza com a Administração, não respondem por ato de improbidade que não implique enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.
 - (C) Os atos que atentam contra os princípios da Administração pública são puníveis pela “lei de improbidade administrativa” quando praticados por agentes públicos titulares de cargo ou emprego público, não alcançado os agentes públicos no exercício de mandato, que só respondem pelo denominado “crime de responsabilidade”.
 - (D) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal não são alcançados pelas sanções previstas na “lei de improbidade administrativa”, porque respondem pelo denominado crime de responsabilidade.
 - (E) A lesão ao princípio da moralidade administrativa constitui uma das hipóteses de atos de improbidade definidos na “lei de improbidade administrativa”.
58. No que concerne aos princípios aplicáveis ao processo administrativo é correto afirmar:
- (A) É instaurado a pedido do interessado, sendo vedada à Administração a atuação de ofício, em razão do princípio da inércia.
 - (B) Não há impedimento à utilização de provas obtidas por meio ilícito, em obediência aos princípios da oficialidade, da verdade real e da economia processual.
 - (C) A instauração pode dar-se de ofício, em atendimento ao princípio da oficialidade.
 - (D) A instauração pode dar-se de ofício, em atendimento ao princípio da oficialidade, ou a pedido do interessado, que, no entanto, no que diz respeito à instrução, está impedido de provar os fatos que alega, em respeito ao princípio do impulso oficial.
 - (E) É vedado ao interessado a participação nos atos do processo, em respeito ao princípio do interesse público, direito assegurado apenas no processo judicial.
59. Quanto à responsabilidade extracontratual do Estado, é correto afirmar:
- (A) O Estado só se responsabiliza por atos praticados no exercício da função administrativa, respondendo os demais Poderes, em nome próprio, por atos praticados no exercício das respectivas funções.
 - (B) A responsabilidade patrimonial do Estado, ao contrário do direito privado, decorre de atos ilícitos praticados por agentes administrativos, não incidindo nas hipóteses de atos lícitos, mesmo que causadores de danos excessivos a terceiros.
 - (C) Restringe-se às hipóteses de atos comissivos, lícitos ou ilícitos, causadores de danos a terceiros.
 - (D) A existência de nexo de causalidade entre o dano experimentado pelo particular e o comportamento da Administração é seu fundamento.
 - (E) Não prescinde da prova de culpa ou dolo do agente administrativo que deve ser comprovada pelo terceiro prejudicado.



60. Estabelece o regime jurídico aplicável aos bens públicos:

- (A) Tanto os bens de uso comum do povo como os de uso especial são inalienáveis, sendo, por essa razão, vedada à Administração sua desafetação.
- (B) No ordenamento pátrio não existem bens de domínio privado do Estado, porque mesmo os bens públicos desafetados são inalienáveis e insuscetíveis de prescrição, penhora ou oneração.
- (C) Os bens dominicais do Estado comportam função patrimonial ou financeira, podendo, por exemplo, ser locados ou alienados, na forma de lei.
- (D) Os bens dominicais do Estado, porque submetidos a regime de direito privado, podem ser adquiridos por usucapião, em razão do princípio da função social da propriedade.
- (E) A alienação de bens públicos móveis ou imóveis não prescinde de autorização legislativa, sob pena de invalidação da alienação.

Ciências das Finanças e Direito Financeiro

61. Tendo em vista a classificação econômica da despesa, eis um ponto de divergência entre a Portaria SOF/STN nº 163/2001 e a Lei nº 4.320/1964. A Portaria

- (A) determina que o orçamento possa se deter na modalidade de aplicação da despesa; a Lei quer que a classificação abranja o elemento de despesa.
- (B) estabelece que o orçamento se limite ao elemento de despesa; a Lei preceitua que a tipificação abranja a modalidade de aplicação.
- (C) ordena que a classificação se detalhe até a atividade ou o projeto; a Lei dispõe que o seja até a operação especial.
- (D) estabelece tipificação mínima até a categoria da subfunção; a Lei quer que a classificação evidencie até o elemento de despesa.
- (E) determina que orçamento abranja o subelemento de despesa; a Lei estabelece tipificação até o grupo de natureza do gasto.

62. Os créditos especiais e extraordinários

- (A) destinam-se ao reforço de dotações previstas originalmente no orçamento.
- (B) vigoram apenas no próprio exercício em que são autorizados.
- (C) podem, por decreto executivo, ser abertos até o limite autorizado na lei orçamentária anual.
- (D) podem ser reabertos no exercício seguinte, desde que autorizados a partir do mês de setembro.
- (E) não podem bancar despesas de pessoal, nem as relativas a juros e outros encargos da dívida pública.

63. Considere os seguintes dados de execução orçamentária e financeira:

Despesa Empenhada em 2013 R\$ 2.000,00
 Despesa Liquidada em 2013 R\$ 1.400,00
 Despesa Paga em 2013 R\$ 900,00

No encerramento do ano de 2013, o montante de Restos a Pagar Processados foi, em reais,

- (A) 1.100,00.
- (B) 500,00.
- (C) 600,00.
- (D) 2.500,00.
- (E) 1.500,00.

64. A Lei de Responsabilidade Fiscal abrange a

- (A) fundação instituída e mantida pela vontade do setor privado.
- (B) empresa pública que, do ente controlador, recebe recursos apenas para fazer investimentos.
- (C) sociedade de economia mista que, do ente controlador, apenas recebe recursos de participação acionária.
- (D) empresa estatal que, do ente controlador, apenas recebe recursos alusivos à venda de ações ordinárias.
- (E) empresa concessionária de serviços públicos essenciais, apenas.

65. No mês de agosto, o gasto de pessoal de certa Câmara Municipal foi de 8%. Nesse contexto,

- (A) a partir de julho do primeiro ano de gestão, o Presidente da Câmara Municipal não pode expedir ato aumentando a despesa de pessoal.
- (B) até o final do mesmo exercício, o Presidente precisa reconduzir tal gasto ao limite de 6%, sob pena de multa equivalente a 30% de seus vencimentos anuais.
- (C) até abril do ano seguinte, o Prefeito do Município precisa retomar o limite da despesa de pessoal da Câmara dos Vereadores.
- (D) a partir daqueles 8%, o respectivo Tribunal de Contas alerta o chefe do Poder Legislativo para providenciar a recondução da despesa de pessoal a seu limite.
- (E) até abril do ano seguinte, o Presidente da Câmara deve ajustar tal despesa ao limite de 6%, sob pena de multa equivalente a 30% de seus vencimentos anuais.

**Controle Externo**

66. Das decisões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI no exercício de sua função fiscalizadora, em face de razões de juridicidade e de mérito, cabem recursos. A audiência do Ministério Público de Contas NÃO é obrigatória em caso de

(A) Revisão.
(B) Reconsideração.
(C) Pedido de Reexame.
(D) Embargos de Declaração.
(E) Agravo.

67. A participação nos julgamentos dos processos no TCE/PI pode ser feita por meio de sustentação oral. Nos termos da Lei nº 5.888/2009, a sustentação oral

(A) é cabível antes do relato do processo.
(B) deve ser feita pessoalmente pela parte.
(C) não precisa ser feita por advogado.
(D) deve ser feita logo após o voto do relator.
(E) deve ser requisitada até dois dias antes da sessão.

68. Ao julgar as contas, o TCE/PI definirá a responsabilidade dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos. As contas julgadas quando restarem evidenciadas impropriedades ou falhas de natureza formal, das quais não resulte dano ao erário, são denominadas

(A) regulares com ressalva.
(B) parcialmente regulares.
(C) formalmente regulares.
(D) pendentes.
(E) imperfeitas.

69. O Regimento Interno do TCE/PI estabelece que os Conselheiros

(A) terão direito a trinta dias de férias, após um ano de efetivo exercício.
(B) têm prerrogativa para o porte de arma de defesa pessoal.
(C) têm absoluta garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de salários.
(D) dependerão de aprovação do Plenário e de inclusão na pauta para a concessão de licença.
(E) manterão os títulos e as honras apenas enquanto no exercício efetivo do cargo.

70. O relatório de atividades do TCE/PI, apresentado anualmente ao Plenário, é de competência

(A) do Presidente.
(B) do Vice-Presidente.
(C) do Corregedor.
(D) da Ouvidoria.
(E) da Controladoria.

Administração Pública

71. A capacidade técnica-operacional, a responsabilização e a prestação de contas; e a legitimidade, traduzida em apoio político e social, dizem respeito a

(A) Governança, Accountability e Governabilidade.
(B) Governança, Planejamento Estratégico e Controle Externo da Administração pública.
(C) Governabilidade, Sistema Pós-Burocrático e Obrigação das Organizações Sociais.
(D) Accountability, Governo Eletrônico e Planejamento Público.
(E) Transparência no Setor Público, Accountability e Inclusão Digital.

72. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece, em seu artigo 48, que os meios eletrônicos são, dentre outros, instrumentos da transparência na gestão fiscal. Nesse sentido, é correto afirmar:

- (A) O Governo Eletrônico, por meio dos serviços e informações prestados via internet, bem como outros meios de comunicação, estão voltados ao particular, à eficiência interna, à cooperação e à gestão burocrática.
- (B) A exclusão digital é um fenômeno que, quando estudado, mostra o quadro geral do acesso das pessoas aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, evidenciando a quantidade de horas que elas deixam de passar em frente ao computador, quando se encontram em outras atividades diárias.
- (C) A Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, estabelece diretrizes relacionadas à publicação, por parte das entidades privadas, dos recursos recebidos decorrentes de suas atividades, ao sigilo como regra, à divulgação de informações públicas, quando solicitado, e ao desenvolvimento do controle particular da Administração pública.
- (D) O Governo Eletrônico pode ser definido como o programa governamental direcionado à disponibilização de informações e serviços à sociedade através de novos canais de relacionamento entre governo e cidadãos, utilizando-se, para isto, de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- (E) A transparência é inerente ao Estado Burocrático. Insere-se na democracia, permitindo o amplo acesso às comprovações de transferências documentais entre os departamentos, fomentando o interesse pelo controle formal exercido sobre as entidades públicas por meio do Tribunal de Contas e aplicando-se exclusivamente ao Poder Executivo.

73. GESPUBLICA é o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. Foi implementado em 2005, resultado da evolução histórica de iniciativas do Governo Federal para a promoção da Gestão Pública de excelência. Esse programa

- (A) promove a descrição detalhada dos processos, na medida em que cada fase seja precedida da transferência documental, reduzindo custos com erros e aumentando o prazo de atendimento ao usuário-cidadão.
- (B) é de origem japonesa, com forte influência norte-americana, cujo foco principal é a desregulamentação de determinados setores da economia, a fim de proporcionar aumento na competitividade entre as organizações privadas.
- (C) foi instituído para mudar a cultura burocrática nas entidades públicas e conceder premiação para as melhores soluções apresentadas. Esse programa é gerido pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.
- (D) objetiva a institucionalização das Normas ISO – Organização Internacional de Padronização, sediada na Suíça, no setor público brasileiro, para melhorar o gerenciamento dos elementos internos e externos à organização pública.
- (E) visa eliminar o déficit institucional, promover a governança, a eficiência e a gestão democrática participativa, bem como assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental.



74. Sobre o ciclo de Planejamento no Setor Público, considere:

- I. A LOA é um documento que integra o Planejamento Público, responsável pela operacionalização dos programas. Tem vigência de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro.
- II. A LDO é o documento componente do Planejamento Público responsável pela direção na elaboração do orçamento. A relação de programas que serão executados a integra. Por meio dela se estabelecem as metas e prioridades, alterações na legislação tributária, além de dispor sobre dívida pública e despesas com pessoal, entre outras.
- III. O PPA integra o Planejamento Público para 4 anos. Nele estão presentes os programas e seus indicadores, as ações e suas metas. Possui uma dimensão estratégica estabelecida nos programas e apoiada, em grande parte, na campanha eleitoral.
- IV. O PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.
- V. O ciclo de Planejamento e Orçamento Público é integrado pelo PPA, pela LDO, mas não o é pela LOA, pois esta se refere às receitas e despesas que serão executadas em um ano, sem qualquer relação com o que foi estabelecido pelo PPA, uma vez que sua vigência é deslocada de um ano em relação ao mandato do chefe do executivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) I e V.

75. Em relação às políticas públicas é correto afirmar:

- (A) A política pública está claramente definida pelos estudiosos da matéria, sendo considerada uma atividade alternativa para a resolução de problemas de uma parcela minoritária da sociedade.
- (B) O Brasil não adota o desenvolvimento de políticas públicas, pois a relação de programas constantes do PPA, da LDO e da LOA já atende perfeitamente à solução dos problemas existentes nas esferas pública e privada.
- (C) As tipologias conhecidas e aplicadas em políticas públicas levam às técnicas estabelecidas pela amostragem e ciclo orçamentário, criando um perfeito relacionamento de causa e efeito.
- (D) O estilo na elaboração da política pública deve levar em consideração os métodos de produção do planejamento público, de execução, a título gratuito ou oneroso, e da macropolítica estabelecida em nível regional.
- (E) A elaboração da política pública leva em consideração a identificação do problema, a formação da agenda e de alternativas seguidas pela tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Contabilidade Geral

76. A Cia. Perfumada adquiriu 60% das ações da Cia. Bom Aroma por R\$ 11.000.000,00. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Bom Aroma era R\$ 12.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 15.000.000,00.

Sabendo que a Cia. Perfumada passou a deter controle da Cia. Bom Aroma e que a Participação dos Não Controladores é mensurada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Bom Aroma, os valores reconhecidos no grupo Investimentos, no balanço individual, e no grupo Intangíveis, no balanço consolidado, da Cia. Perfumada foram, respectivamente, em reais,

- (A) 7.200.000,00 e 3.800.000,00.
- (B) 11.000.000,00 e 0,00 (zero).
- (C) 11.000.000,00 e 2.000.000,00.
- (D) 9.000.000,00 e 2.000.000,00.
- (E) 9.000.000,00 e 6.000.000,00.



77. O Patrimônio Líquido da Comercial EmeJotaX S.A., em 31/12/2012, era composto pelas seguintes contas:

Capital	R\$ 4.000.000,00
Reserva Legal	R\$ 700.000,00
Reserva Estatutária	R\$ 250.000,00
Reserva para Expansão	R\$ 150.000,00
Total do Patrimônio Líquido.....	R\$ 5.100.000,00

A Comercial EmeJotaX S.A. apurou, em 2013, um lucro líquido de R\$ 2.400.000,00 e constituiu as seguintes reservas:

- *Reserva Legal*, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
- *Reserva Estatutária* no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido.

O fundamento econômico para a *Reserva para Expansão* contabilizada em 31/12/2012 não mais existe, pois a empresa já concluiu o projeto de expansão.

Sabendo-se que o estatuto da empresa define que o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, adicionado, caso exista, da reversão de reservas de lucros, o valor dos dividendos a ser contabilizado no passivo será, em reais,

- (A) 570.000,00.
- (B) 600.000,00.
- (C) 575.000,00.
- (D) 612.500,00.
- (E) 637.500,00.

78. No dia 01/12/2012 uma empresa aplicou parte de seus recursos, no valor total de R\$ 120.000,00, em ativos financeiros. A tabela a seguir apresenta os valores aplicados, as características de cada instrumento financeiro adquirido e a classificação feita pela empresa quanto ao objetivo em relação a cada aplicação:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Classificação pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2012 (R\$)
40.000,00	31/12/2018	Mantido até o vencimento	1% a.m.	42.000,00
40.000,00	31/12/2019	Disponível para venda futura	2% a.m.	40.400,00
40.000,00	31/12/2017	Destinados à venda imediata	1,5% a.m.	41.200,00

O valor total das aplicações que deverá ser apresentado no Balanço Patrimonial, em 31/12/2012 será, em reais,

- (A) 122.000,00.
- (B) 121.800,00.
- (C) 123.600,00.
- (D) 123.400,00.
- (E) 120.400,00.

79. O valor do ativo total de uma empresa, em 31/12/2012, era R\$ 10.000,00 e o valor total do ativo não circulante era R\$ 4.000,00. Sabe-se que o índice de liquidez corrente da empresa nesta data era 1,5 e o grau de concentração da dívida no curto prazo era 80%. O valor do Patrimônio Líquido da empresa, em 31/12/2012, era

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 6.000,00.
- (C) R\$ 6.800,00.
- (D) R\$ 5.000,00.
- (E) R\$ 2.500,00.

80. Em 31/12/2011 a empresa Estruturada S.A. adquiriu uma máquina por R\$ 500.000,00 à vista. A empresa estimou que a vida útil econômica da máquina, na data de aquisição, era 8 anos e o valor residual esperado para venda da máquina no final do prazo de vida útil seria R\$ 20.000,00. Sabe-se que a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação e que, em 31/08/2013, vendeu esta máquina por R\$ 390.000,00 à vista. Com base nessas informações, será evidenciado na Demonstração de Resultados um

- (A) prejuízo na venda no valor de R\$ 110.000,00.
- (B) lucro na venda no valor de R\$ 110.000,00.
- (C) prejuízo na venda no valor de R\$ 10.000,00.
- (D) lucro na venda no valor de R\$ 10.000,00.
- (E) prejuízo na venda no valor de R\$ 30.000,00.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

81. Sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16), é correto afirmar que
- (A) as normas e técnicas próprias deste ramo da ciência contábil devem ser observadas integralmente por todas as entidades que de qualquer forma recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiros, bens e valores públicos, na execução de suas atividades.
 - (B) o seu objeto é o Patrimônio Público que se estrutura em quatro grupos: ativos, passivos, variações quantitativas diminutivas e variações quantitativas aumentativas.
 - (C) a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e rentabilidade.
 - (D) o sistema contábil está estruturado nos seguintes subsistemas de informações: orçamentário, patrimonial, custos e compensação.
 - (E) o objetivo é gerenciar os resultados alcançados e tomar decisões sobre os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.
-
82. O recebimento de elevadores, com a liquidação concomitante da despesa, para um prédio onde funciona uma universidade pública estadual, entidade autárquica, é uma transação de natureza
- (A) econômico-financeira que provoca uma variação qualitativa no patrimônio público.
 - (B) administrativa que provoca uma variação quantitativa aumentativa no patrimônio público.
 - (C) econômico-financeira que provoca uma variação quantitativa diminutiva no patrimônio público.
 - (D) administrativa que provoca uma variação qualitativa no patrimônio público.
 - (E) administrativa que provoca uma variação quantitativa diminutiva no patrimônio público.
-
83. Considere as informações sobre um equipamento de medicina diagnóstica adquirido por um governo municipal para ser usado por um hospital da Administração direta municipal:
- 02/01/X1: Empenho da despesa referente à aquisição do equipamento por R\$ 250.000,00.
 - 10/01/X1: Entrega do equipamento pelo fornecedor e liquidação da despesa.
 - 14/01/X1: Empenho da despesa referente à instalação do equipamento por R\$ 20.000,00.
 - 01/02/X1: Instalação do equipamento pelo prestador de serviços e liquidação da despesa.
 - 01/02/X1: O equipamento foi colocado em condições de uso e começou a ser utilizado pelo Hospital Municipal. Nesta mesma data, a vida útil estimada do ativo foi de dez anos e seu valor residual de R\$ 30.000,00.
 - 20/05/X1: Empenho da despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 7.250,00 referente à manutenção preventiva do equipamento.
 - 01/07/X1: O serviço de manutenção foi prestado e houve a liquidação da despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
- Para cálculo da depreciação, a prefeitura utiliza o método das quotas constantes. Sabe-se que, com a manutenção preventiva, NÃO ocorreram alterações na estimativa de vida útil e valor residual e NÃO houve a geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Com base nestas informações, em 31/07X1, o valor líquido contábil do equipamento era, em reais,
- (A) 239.000,00.
 - (B) 258.000,00.
 - (C) 228.000,00.
 - (D) 265.100,00.
 - (E) 256.000,00.



84. Considere as classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público:

Classes
1 – Ativo
2 – Passivo e Patrimônio Líquido
3 – Variações Patrimoniais Diminutivas
4 – Variações Patrimoniais Aumentativas
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento
6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
7 – Controles Devedores
8 – Controles Credores

Para registro do serviço prestado por uma empresa terceirizada de limpeza predial, concomitante com a liquidação da despesa, são utilizadas APENAS contas das classes

- (A) 2 e 3.
- (B) 2, 3, 5 e 6.
- (C) 2, 3, 8.
- (D) 5 e 8.
- (E) 2, 3, 6 e 8.

Atenção: Para responder às questões de números 85 e 86, considere os fatos relacionados, a seguir, referentes ao exercício financeiro de 2013 de uma determinada entidade pública:

- Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento com base na Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 40.000.000,00.
- Lançamento de receitas tributárias no valor de R\$ 30.000.000,00.
- Arrecadação de receitas tributárias no valor de R\$ 28.000.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de serviços no valor de R\$ 6.000.000,00.
- Lançamento e arrecadação de outras receitas correntes – multas e juros de mora no valor de R\$ 500.000,00.
- Recebimento de créditos tributários inscritos em dívida ativa no valor de R\$ 800.000,00.
- Arrecadação de Receita com Alienação de Bens Imóveis no valor de R\$ 2.000.000,00.
- Empenho de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 20.000.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 2.500.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 7.000.000,00.
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 3.500.000,00.
 - Inversões Financeiras – Aquisição de Imóveis: R\$ 6.500.000,00.
- Liquidação de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 19.000.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 2.100.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 6.000.000,00.
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 1.800.000,00.
 - Inversões Financeiras – Aquisição de Imóveis: R\$ 6.300.000,00.
- Pagamento de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 18.000.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 1.900.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 5.500.000,00.
 - Investimentos – Obras e Instalações: R\$ 1.600.000,00.
 - Inversões Financeiras – Aquisição de Imóveis: R\$ 5.900.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 2.700.000,00.
- Devolução de Depósitos Cauções no valor de R\$ 200.000,00.
- Recebimento de um Terreno em Doação no valor de R\$ 1.450.000,00.

85. Com base no disposto na Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária do exercício financeiro de 2013 foi, em reais,

- (A) deficitário em 2.200.000,00.
- (B) superavitário em 2.100.000,00.
- (C) superavitário em 4.400.000,00.
- (D) deficitário em 200.000,00.
- (E) superavitário em 4.100.000,00.



86. O aumento no saldo em espécie evidenciado no Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2013 foi, em reais,
- (A) 4.400.000,00
 - (B) 1.500.000,00
 - (C) 4.200.000,00
 - (D) 2.950.000,00
 - (E) 3.150.000,00
-
87. Nos termos da Portaria nº 163/2001, a transferência voluntária de recursos do governo estadual para um governo municipal vinculada à construção de uma ponte é, no governo estadual, uma despesa classificada na modalidade de aplicação
- (A) Transferências Correntes.
 - (B) Transferências de Capital.
 - (C) Transferências a Municípios.
 - (D) Aplicações Diretas.
 - (E) Transferências de Convênio.
-
88. Conforme disposições da Lei nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrativos relativos a resultados nominal e primário
- (A) comporão os relatórios de gestão fiscal referentes a cada um dos quadrimestres do exercício financeiro.
 - (B) comporão somente o relatório resumido de execução orçamentária referente ao último bimestre do exercício financeiro.
 - (C) acompanharão somente o relatório de gestão fiscal referente ao último quadrimestre do exercício financeiro.
 - (D) acompanharão os relatórios resumidos de execução orçamentária referentes a cada um dos bimestres do exercício financeiro.
 - (E) acompanharão os relatórios de gestão fiscal referentes a cada um dos bimestres do exercício financeiro.
-
89. Considere as transações ocorridas no mês de janeiro de 2014 em uma determinada entidade pública:
- I. Pagamento a fornecedores, no valor de R\$ 700.000,00, referente a obrigações reconhecidas no passivo no mês de dezembro de 2013.
 - II. Reconhecimento de multas e juros sobre créditos tributários no valor de R\$ 150.000,00. Tal receita foi arrecadada em fevereiro de 2014.
 - III. Uso de material de consumo no valor de R\$ 250.000,00, cuja entrega foi feita pelo fornecedor em dezembro de 2013.
 - IV. Arrecadação de receita de aluguéis no valor de R\$ 110.000,00, cujo fato gerador ocorreu em dezembro de 2013.
 - V. Prestação de serviços no valor de R\$ 900.000,00 com recebimento em fevereiro de 2014.
- Com base nos procedimentos contábeis patrimoniais, estas transações, tomadas em conjunto, em janeiro de 2014, provocaram aumento no Ativo de, em reais,
- (A) 350.000,00.
 - (B) 210.000,00.
 - (C) 100.000,00.
 - (D) 800.000,00.
 - (E) 460.000,00.



90. Considere as informações a seguir sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de 2013, de uma unidade orçamentária estadual:

Valores em reais

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Cota Trimestral 1º Trimestre	Cota Trimestral 2º Trimestre	Cota Trimestral-3º Trimestre	Cota Trimestral 4º Trimestre
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.000.000	2.000.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Material de Consumo	150.000	160.000	15.000	35.000	60.000	50.000
Serviços de Consultoria	300.000	320.000	–	100.000	100.000	120.000
Equipamentos e Material Permanente	200.000	200.000	60.000	50.000	40.000	50.000

As despesas são ordinárias e as cotas trimestrais foram definidas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. Sendo assim, foi permitido ao gestor da unidade orçamentária

- (A) empenhar despesa referente à aquisição de material de expediente no valor de R\$ 16.000,00 no primeiro trimestre de 2013.
- (B) realizar despesas com serviços de consultoria com valor máximo, no primeiro semestre do exercício financeiro de 2013, de R\$ 300.000,00.
- (C) reabrir o saldo remanescente da dotação para Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil no exercício financeiro de 2014.
- (D) empenhar despesa com auxílio financeiro a pesquisadores no valor de R\$ 25.000,00 com o uso da dotação para Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.
- (E) pagar, no segundo trimestre de 2013, despesa empenhada e liquidada no primeiro trimestre de 2013 com equipamentos odontológicos no valor de R\$ 60.000,00.

Auditoria Governamental

91. Considere os objetivos:

- I. Emitir opinião sobre a eficiência e eficácia dos controles internos da entidade.
- II. Opinar sobre a conformidade da situação patrimonial retratada nas demonstrações contábeis.
- III. Demonstrar a veracidade dos fatos de maneira imparcial, para constituição de prova em processo judicial.
- IV. Auxiliar na emissão de laudo ou parecer.

São objetivos aplicados exclusivamente à Auditoria Governamental os que constam APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

92. Considerando que cabe ao Estado promover a justiça, a segurança e o bem-estar social, o objetivo prioritário da Auditoria Governamental é

- (A) garantir o cumprimento dos percentuais mínimos para os gastos com ensino e saúde.
- (B) atestar o cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) zelar pela obediência ao princípio da competitividade nas licitações públicas.
- (D) atestar a fidedignidade dos registros contábeis mantidos nos entes públicos.
- (E) avaliar o resultado real obtido na execução das ações governamentais.



93. A auditoria interna
- (A) emite Parecer.
 - (B) opina sobre as demonstrações Contábeis.
 - (C) emite recomendações a entidade auditada.
 - (D) é exercida por profissional independente.
 - (E) é realizada de forma periódica.
-
94. Avaliar a execução das decisões tomadas, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, enquadra-se no escopo da auditoria
- (A) contábil.
 - (B) administrativa.
 - (C) de regularidade.
 - (D) operacional.
 - (E) de planejamento estratégico.
-
95. O aspecto da análise documental que deve ser atendido na verificação destinada a comprovar se o empenho da despesa foi emitido por autoridade competente denomina-se
- (A) veracidade.
 - (B) autenticidade.
 - (C) normalidade.
 - (D) aprovação.
 - (E) idoneidade.
-
96. A equipe técnica de um determinado Tribunal de Contas deseja confirmar a correção do montante a pagar, registrado no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013, ao fornecedor de gêneros alimentícios em uma das Prefeituras sujeitas à sua fiscalização. A técnica de auditoria a ser aplicada para obter esta confirmação denomina-se
- (A) investigação.
 - (B) análise documental.
 - (C) revisão analítica.
 - (D) confirmação.
 - (E) circularização.
-
97. A constatação de que o objeto em exame apresenta total condição de uso é um dos requisitos que devem ser atendidos quando aplicada a técnica de auditoria conhecida como
- (A) inspeção física.
 - (B) análise documental.
 - (C) revisão analítica.
 - (D) confirmação.
 - (E) investigação.
-
98. O planejamento da auditoria é a fase na qual são fixadas as ações a serem executadas no trabalho de campo. Entre os principais conceitos sobre os quais está fundamentada esta atividade figura a
- (A) legalidade.
 - (B) relevância.
 - (C) impessoalidade.
 - (D) objetividade.
 - (E) publicidade.
-
99. Em relação às evidências de auditoria é correto afirmar que
- (A) a suficiência da evidência é a medida da sua qualidade.
 - (B) a adequação da evidência é a medida da sua quantidade.
 - (C) a adequação da evidência é a medida da sua qualidade.
 - (D) evidências obtidas de fontes externas e internas são igualmente confiáveis.
 - (E) evidências documentais e orais são igualmente confiáveis.
-
100. O risco
- (A) de controle é a possibilidade de o erro acontecer, mas não ser detectado pelo profissional de auditoria.
 - (B) inerente é a possibilidade de o erro acontecer devido a não existência de controle.
 - (C) inerente é a possibilidade de o erro acontecer, mas não ser detectado pelo profissional de auditoria.
 - (D) de detecção é a possibilidade de o erro acontecer, mas não ser detectado pelos controles existentes, devido às limitações destes controles.
 - (E) inerente é a possibilidade de o erro acontecer, mas não ser detectado pelos controles existentes, devido às limitações destes controles.